



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

32
126

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0151892-9/01

EMBARGANTE: Luiz Ferreira da Cunha

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

5526

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. RECURSO IMPROVIDO. 1. Conforme visto no acórdão embargado, a sua fundamentação é clara e suficiente, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação aplicável à matéria. 2. No caso, não se faz necessário adentrar na seara da irredutibilidade de vencimentos, eis que o embargante nunca percebeu proventos de "Segundo-Sargento PM". 3. Ou seja, a pretensão em lume consiste em um aumento de padrão remuneratório, não se podendo cogitar de qualquer decesso em sua remuneração, a justificar a aplicação do referido princípio. 4. Nessa ordem de idéias, também não se verifica qualquer ofensa ao princípio da legalidade. 5. Inexistem, pois, as omissões apontadas no julgado impugnado, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa. 6. A insurgência recursal, em verdade, denota evidente inconformismo com o posicionamento contrário ao entendimento do ora embargante. 7. Embargos improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração nº 0151892-9/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 4 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



33
1

127

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0151892-9/01

EMBARGANTE: Luiz Ferreira da Cunha

EMBARGADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos por Luiz Ferreira da Cunha em face de acórdão que **deu provimento ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, a fim de reformar a sentença de primeiro grau, e, via de consequência, julgar improcedente o pedido autoral, consistente na fixação dos seus proventos com base no grau hierárquico superior àquele em que foi transferido para a inatividade, qual seja o de "Segundo-Sargento PM".

Argúi o embargante, em suas razões recursais, que o acórdão impugnado teria sido omisso acerca dos princípios da legalidade e irredutibilidade de vencimentos.

É o essencial a relatar.

Eis o teor do acórdão ora embargado:

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR TRANSFERIDO PARA RESERVA REMUNERADA COM PROVENTOS DO GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR, DE "TERCEIRO-SARGENTO PM". INCAPACIDADE FÍSICA SUPERVENIENTE. PLEITO DE MELHORIA DE PROVENTOS PARA O POSTO DE "SEGUNDO-SARGENTO PM". INCABIMENTO. NORMA DE REGÊNCIA TACITAMENTE REVOGADA COM O ADVENTO DA ECE Nº 16/99. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PREVISÃO DO ART. 21, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 59/2004. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO NA HIPÓTESE VERTENTE. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO, PREJUDICADO O APELO VOLUNTÁRIO. 1. De início, observa-se que o autor, ora apelado, foi transferido para reserva remunerada, no ano de 1989, com os proventos do grau hierárquico superior, de "Terceiro-Sargento PM", após completar 30 (trinta) anos de serviço na Corporação; 2. Por ocasião de inspeção médica realizada para efeito de reforma na inatividade, no ano de 2002, o militar foi declarado inválido definitivamente, razão pela qual ingressou em Juízo buscando a melhoria de seus proventos, a fim de que fossem fixados com base no posto de "Segundo-Sargento PM"; 3. Ocorre que, com o advento da ECE nº 16/99, restaram tacitamente revogados os dispositivos legais que autorizavam os servidores públicos militares a perceberem, na inatividade, valores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

34
128

remuneratórios em patamares maiores do que os auferidos quando estavam em atividade, a exemplo dos artigos 83, § 1º, da Lei nº 10.426/90 e 98, § 2º, "b", da Lei nº 6.783/74. 4. Com relação ao argumento de inconstitucionalidade formal da ECE nº 16/99, nota-se que a emenda em questão buscou harmonizar a Constituição Estadual aos ditames da Constituição Federal, após a introdução no ordenamento jurídico das Emendas Constitucionais de nºs 19 e 20, de 98. 5. Por outro lado, conforme visto, o apelado, então "Cabo PM", já foi transferido para a inatividade com os proventos do grau hierárquico superior ("Terceiro-Sargento"), não se enquadrando, portanto, na hipótese do art. 21, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 59/04. 6. Recurso necessário provido, prejudicado o apelo voluntário".

Conforme visto, resta patente a apreciação e aplicação do direito à espécie, sob a perspectiva da inexistência do direito pretendido, nos termos da decisão recorrida.

Com efeito, não se faz necessário adentrar na seara da irredutibilidade de vencimentos, eis que o embargante nunca percebeu proventos de "Segundo-Sargento PM", tal como pretendido no feito ordinário.

Ou seja, a pretensão em lume consiste em **aumento** do padrão remuneratório do embargante, não se podendo cogitar de qualquer decurso em sua remuneração a justificar a aplicação do princípio da irredutibilidade de vencimentos.

Nessa ordem de idéias, também não verifico qualquer ofensa ao princípio da legalidade.

Inexistem, pois, as omissões apontadas no julgado impugnado, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa.

A insurgência recursal, em verdade, denota evidente inconformismo com o posicionamento contrário ao entendimento do ora embargante, em intuito meramente protelatório.

Tenho por inexistentes, pois, quaisquer omissões nos presentes embargos, razão pela qual **nego-lhes** provimento.

Recife, 1 de fevereiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator